



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

11/09/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1
1.2. COMARCAS.....	2
1.3. TJ-MA 200 ANOS.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	4 - 5
2.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	6 - 7
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. COMARCAS.....	8
3.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	9 - 10
3.3. TJ-MA 200 ANOS.....	11
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. DESEMBARGADORES.....	12
4.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	13
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	14 - 15
5.2. DECISÕES.....	16
5.3. DESEMBARGADORES.....	17
5.4. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	18
5.5. JUÍZES.....	19
5.6. SELETIVOS.....	20

CURSO CAPACITA CONCILIADORES PARA OS CENTROS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

O presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Luiz Almeida, participou nessa segunda-feira (9) da aula inaugural do Curso de Formação de Conciliadores da Universidade UniCeuuma, no campus do Renascença.

1ª VARA DE BALSAS REALIZA 187 AUDIÊNCIAS EM MUTIRÃO PREVIDENCIÁRIO

A juíza Luciany Ferreira, titular da 1ª Vara da Comarca de Balsas, comandou mutirão previdenciário no período de 2 a 6 de setembro, quando foram realizadas 187 audiências em cinco dias de trabalho. Essas audiências foram de conciliação, instrução e julgamento.

Juizado Especial de Timon realiza prova para assessor no dia 28

O juiz Rogério Monteles da Costa, titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Timon, comunica que realizará as provas para a seleção para cargos de assessor de juiz e conciliador voluntário no próximo dia 28 de setembro, às 15h, na Faculdade Maranhense São José dos Cocais.

CNJ DIVULGA MEMÓRIA DO BICENTENÁRIO DO TJMA

As comemorações do aniversário de 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que culminam em 4 de novembro deste ano, passaram a ser divulgadas pelo Programa Nacional de Gestão Documental e Memória (Proname), desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Um espaço virtual foi criado no endereço eletrônico do Conselho na internet (www.cnj.jus.br) para divulgar registros documentais, audiovisuais, bibliográficos e museológicos sobre a história do Judiciário nacional, incluindo os tribunais nas esferas federal e estadual.

Lavradores ganham direito de permanecer em fazenda no município de Buriti

PÁGINA 3

Lavradores ganham direito de permanecer em fazenda no município de Buriti

Um grupo de trabalhadores rurais do povoado Capão Grande, na zona rural do município de Buriti, ganhou o direito à permanência provisória numa fazenda em que mora, até julgamento do mérito da ação reivindicatória ajuizada pela empresa Fanip Agrícola.

Decisão da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) reformou sentença de primeira instância, cassando a liminar deferida que mandava intimar os lavradores a entregar o imóvel à empresa no prazo

de dez dias, sob pena de desocupação forçada.

O órgão colegiado do TJMA foi unanimemente favorável ao recurso de agravo de instrumento dos camponeses. Entendeu que, ainda que a empresa tenha comprovado nos autos a propriedade do imóvel, não demonstrou a posse injusta exercida pelos trabalhadores, que alegam estar na fazenda há mais de 15 anos.

Os desembargadores Raimundo Barros (relator), Maria das Graças Duarte e Ricardo Duailibe consideraram estar

pendente a análise da natureza da posse dos agravantes - se justa ou injusta - bem como se, de fato, eles teriam adquirido a propriedade do imóvel em razão de usucapião.

UNIDADE CAMPONESA
- De acordo com os autos, os trabalhadores afirmam que produzem e colhem diversos tipos de alimentos na fazenda. Admitem que jamais receberam autorização para morar na localidade, mas que a empresa deseja desalojá-los da área onde alegam estar há tanto tempo e que con-

sideram uma unidade familiar camponesa, também constituída por mulheres, crianças e idosos. Em sua ação na Justiça de 1º grau, a Fanip Agrícola alega ser a proprietária da fazenda e diz que a área foi invadida pelos réus em agosto de 2011.

A antecipação de tutela deferida em primeira instância informou que a empresa realizou prova do domínio por meio de certidão de escritura pública. Ainda citou fundado receio de violação ao exercício do direito de propriedade.

Violência e impunidade dominam pauta da Assembleia Legislativa

O deputado Edílázio Júnior (PV) usou a tribuna da Assembleia, na sessão de segunda-feira (9), para solidarizar-se com a família do empresário e paisagista Daniel Prado Smith, que foi vítima de sequestro seguido de morte, na última quarta-feira (4). Um adolescente de 17 anos, morador da Vila Conceição, é apontado como sendo o autor do ato infracional que resultou na morte do empresário bastante conhecido na sociedade ludovicense. **PÁGINA 3**

 INSEGURANÇA

Violência e impunidade dominam pauta da Assembleia

O deputado Edilázio Júnior (PV) usou a tribuna da Assembleia, na sessão de segunda-feira (9), para solidarizar-se com a família do empresário e paisagista Daniel Prado Smith, que foi vítima de sequestro seguido de morte, na última quarta-feira (4). Um adolescente de 17 anos, morador da Vila Conceição, é apontado como sendo o autor do ato infracional que resultou na morte do empresário bastante conhecido na sociedade ludovicense.

Edilázio Júnior defendeu que o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, faça uma ação incisiva na Vila Conceição, a exemplo do que já foi feito do bairro Barreto.

- Por que esperar acontecer pra poder ter uma ação. Então, eu queria pedir ao secretário Aluísio Mendes que faça uma ação enérgica ali naquele bairro. Acho que é o momento da secretaria de Segurança Pública dá uma resposta - apelou.

O deputado manteve contato com o adolescente infrator, autor do homicídio, e disse ter ficado chocado com a frieza com que ele narra os fatos, a forma debochada como ele conta e, também, com o juiz da Vara da Infância e da Adolescência, que, na oportunidade, disse que o problema da marginalidade infantil na região do Calhau é causado por ação de traficantes.

- Os traficantes colocam



Deputado Edilázio Júnior

esses menores para pedir dinheiro para eles. Usam esses menores que vivem pedindo esmolas nas farmácias, padarias, e a maioria deles mora da Vila Conceição - declarou o juiz da Vara da Infância e Adolescência.

Segundo Edilázio, o adolescente infrator, que tirou a vida do empresário Daniel Smith, só este ano, já foi preso sete vezes, trocou tiros com um policial, assaltou um policial rodoviário federal e assaltou um delegado.

- Infelizmente, o nosso Estatuto da Criança e Adolescente protege e incentiva o menor a ir para a rua e fazer esse tipo de coisa. De-

pois de muito refletir, hoje defendo a diminuição da idade penal. Eu sei que esse menor vai estar de volta às ruas mais cedo ou mais tarde - assegurou.

O deputado José Carlos (PT), antes do pronunciamento de Edilázio Júnior, também comentou sobre a trágica morte do empresário Daniel Smith, mostrando-se muito preocupado com o problema da segurança no Brasil e no Maranhão.

- Precisamos saber, por exemplo, qual é o planejamento, o plano do governo do Estado para combater essa situação que é gravíssima e que parece que nós estamos

nos acostumando, que não é somente do Maranhão é do Brasil todo - declarou.

O deputado petista propôs que o presidente da Comissão de Segurança, deputado Roberto Costa (PMDB), convide o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, para ir à Assembleia conversar com os deputados e dizer que planejamento existe para impedir que esses meliantes afrontem a sociedade maranhense.

O comovente pronunciamento do deputado Edilázio Júnior foi aparteado por vários deputados. O deputado Rogério Cafeteira concordou com a posição do deputado Edilázio a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

- Hoje, o ECA, infelizmente, para o que ele mais serve é para proteger o bandido - afirmou Rogério Cafeteira.

O deputado Antônio Pereira (DEM), por sua vez, pediu ao secretário de Segurança que, a exemplo do que é feito no Rio de Janeiro, também se faça aqui uma ação preventiva para que se possa evitar outras tragédias como a que vitimou o empresário Daniel Smith.

- Nós temos que acordar e que a morte do Daniel sirva para algum conserto, alguma atitude a sociedade possa tomar, principalmente nós que somos os legítimos representantes da sociedade - defendeu o deputado Hélio Soares.

Doação

fotografia@mirante.com.br

Divulgação

TUTÓIA - O juiz titular da Comarca de Tutoia, Rodrigo Otávio Terças Santos, entrega um computador para o sargento Amarildo Rabêlo de Sousa, comandante do Destacamento Policial Militar (DPM) de Tutoia. A instituição responsável pela segurança local conta com mais um reforço para a realização de diligências. A doação foi feita com recursos de transações penais realizadas no Juizado Especial Criminal da comarca, a partir de procedimento administrativo instaurado com base na Resolução nº 154/2012, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária aplicadas pela Justiça Criminal.



Juiz visita Casa de Detenção e recomenda demolição do prédio

Carlos Roberto de Oliveira Paula diz que realidade do presídio é preocupante e só a demolição resolve; presos que fugiram no domingo ainda estão sendo procurados pela polícia

O juiz Carlos Roberto de Oliveira Paula, titular da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, visitou ontem a Casa de Detenção (Cadet), em Pedrinhas, de onde 20 presos fugiram por um túnel, no início da madrugada de domingo (8), e disse que a unidade precisa ser demolida. "A realidade da Cadet é preocupante e não é caso de interdição, mas de demolição", afirmou o juiz em entrevista à *Mirante AM*.

De acordo com o juiz, a terra retirada do túnel foi toda colocada dentro dos colchões dos presos; e que a quantidade de fugitivos só não foi maior porque um morador acionou a polícia. "A fuga só não foi maior, porque um cidadão que passava perto da Cadet avisou o policial militar que estava no local, e o PM impediu que 55 presos fugissem", disse o juiz da 1ª Vara de Execuções.

Na entrevista, Roberto de Paula lembrou ainda o problema da superlotação e que para minimizar a situação vai publicar quatro portarias. Entre elas está a determinação de que os presos deverão trabalhar até o dia 25 de



Casa de Detenção, de onde 20 presos fugiram no domingo por túnel

outubro, e a da necessidade de um *scanner* corporal até 30 de dezembro. "O preso precisa produzir; e nós precisamos acabar com o constrangimento nas revistas, principalmente nas mulheres", destacou o juiz.

Fuga - As polícias Civil e Militar ainda não conseguiram recapturar nenhum dos 20 presos que fugiram da Casa de Deten-

ção (Cadet), no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no início da madrugada de domingo (8). Segundo foi confirmado pela Secretaria de Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), os detentos escaparam, por volta de 1h30, por um túnel cavado na cela 6, do Bloco J da unidade prisional.

Tanto a Corregedoria da Sejap quanto a Secretaria de Segurança

Pública (SSP), investigam denúncias de suposta facilitação de monitores ou agentes penitenciários na fuga em massa, uma vez que o Grupo de Escolta e Operações Penitenciárias (Geop) já haviam descoberto o túnel horas antes da evasão. De acordo com a polícia, os presos chegaram a ser deslocados para outro anexo, mas retornaram.

Ontem, a lista com os nomes e fotos dos 20 foragidos foi divulgada para que a população possa ajudar a polícia a recapturar os fugitivos. Qualquer informação sobre o paradeiro dos apenados pode ser repassada ao Disque Denúncia, por meio dos telefones (98) 3223-5800 (capital) ou 0300-313-5800 (interior). A central de atendimento funciona 24 horas e o denunciante não precisa se identificar.

Somente este ano, mais de 60 presos já fugiram de unidades prisionais no Maranhão. O número, segundo informações do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Maranhão, é quase três vezes a soma de todas as fugas registradas entre 2010 e 2012.

Lista dos foragidos da Cadet de Pedrinhas



1-Bruno Mendes Costa; **2**-Ari Kelles de Jesus S., o *Pelada*; **3**-Climaco Sousa Nascimento, o *Márcio* ou *Gagun*; **4**-Creilson Sodré Moraes, o *Loura*; **5**-Deibson de Carvalho, o *Perverso*; **6**-Fábio Raile dos Santos; **7**-Fabrício Araújo Furtado; **8**-Ítalo Robert B. da Conceição, o *Nego Bala*; **9**-Jean Botelho Matos, o *Raposão*; **10**-José R. Campos Neto, o *Campinho*; **11**-Júlio C. Baldez Costa, o *Street*; **12**-Luís Alfredo S.N., o *Sergipana*; **13**-Marcelo Henrique S.D., o *Bodó*; **14**-Márcio Andrade Alves; **15**-Natanael Gomes Lopes, o *Nael*; **16**-Rafael Mendonça C., o *Niquita*; **17**-Raimundo A. S Pinheiro, o *Alonso*; **18**-Rogério C. Feitosa, o *Rogerinho*; **19**-Romário Bandeira da Silva e **20**-Nome não informado.

CNJ divulga memória de 200 anos do TJ

Espaço foi criado pelo Conselho Nacional de Justiça em comemoração ao bicentenário do Tribunal de Justiça do Maranhão

As comemorações do aniversário de 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que culminam em 4 de novembro deste ano, passaram a ser divulgadas pelo Programa Nacional de Gestão Documental e Memória (Proname), desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Um espaço virtual foi criado no endereço eletrônico do Conselho na internet (www.cnj.jus.br) para divulgar registros documentais, audiovisuais, bibliográficos e museológicos sobre a história do Judiciário nacional, incluindo os tribunais nas esferas federal e estadual.

A pedido da Comissão das Comemorações aos 200 Anos do TJMA, foi incluído um link que remete à página do Portal do Judiciário maranhense, onde são elencadas as informações históricas e as atividades comemorativas do bicentenário da Corte maranhense.

“Em boa hora o CNJ decidiu promover a preservação da memória do Judiciário, que reflete a própria história da sociedade brasileira. O Tribunal de Justiça do Maranhão não poderia deixar de se integrar a esse importante projeto, no momento em que comemora o seu bicentenário”, observa o presidente do TJMA, desembar-

gador Antonio Guerreiro Júnior.

O conteúdo inclui a cronologia do Tribunal maranhense, publicações, selo e carimbo postais, concurso de redação para estudantes, dentre outras ações. Estão também disponíveis mais três links que levam às páginas da Coordenadoria de Arquivo e Documentos Históricos e de documentos raros do Tribunal.

Um dos documentos que podem ser acessados na página é o Alvará régio de 13 de maio de 1812, no qual o Príncipe Regente D. João VI institui o Regimento do Tribunal da Relação do Maranhão.

Proname - A medida cumpre a Recomendação nº 37/ 2011 do CNJ, que orienta ostitribunais quanto à observância das normas de funcionamento do Proname, criado em 2008.

“Já estávamos com nossa página das comemorações do bi-

centenário ativada no portal do Tribunal. Só fizemos solicitar a sua inclusão na página do Proname”, acrescentou o presidente da comissão comemorativa dos 200 anos do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Por meio dessa iniciativa, o CNJ apoia ações que buscam preservar e divulgar a memória judiciária em todos os seus ramos de atuação e em cada região do país.

JUSTIÇA ELEITORAL

José Eulálio é empossado

Na tarde de ontem, José Jorge Figueiredo de Almeida tomou posse como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, categoria juiz de direito, para o biênio 2013-2015.

Durante sessão solene da Corte Eleitoral, o magistrado prestou o compromisso regimental e recebeu a Medalha do Mérito Eleitoral "Ministro Arthur Quadros Colares Moreira".

Ao juiz Luiz de França Belchior Silva coube a tarefa de saudar o novo membro. "Nesse novo desafio, desejo toda a glória do cargo, abrilhantada com seus ensinamentos, conhecimentos e com sua sapiência jurídica, com acuidade e cautela nos julgados, pois como disse Nicolau Maquiavel: 'será preciso, contudo, ser cauteloso com aquilo que fizer, e no que acreditar; é necessário que não tenha medo da própria sombra, e que aja com equilíbrio, prudência e humanidade, de modo que o excesso de confiança não o torne incauto, e a desconfiança excessiva não o faça intolerante'".

"Tenho consciência de que minha permanência nesta Corte é temporária e da grande responsabilidade da função judicante que ora assumo. Pretendo cumprir com esmero os deveres do meu cargo, honrando a indicação feita pelos eminentes desembargadores do Tribunal de Justiça, aos quais agradeço a confiança em mim depositada. Assumo a função de membro efetivo do TRE com o firme propósito e ideais dos demais integrantes. De tudo farei para contribuir de forma incansável com os julgamentos", observou o empossado em seu discurso.

Com esta posse, a Corte do TRE-MA passa a ser composta pelos desembargadores José



ASCOM/TRE-MA

Juiz José Eulálio agora é membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral

Bernardo Silva Rodrigues (presidente) e José Ribamar Froz Sobrinho (vice-presidente e corregedor), pelos juízes Luiz de França Belchior Silva e José Eulálio Figueiredo de Almeida e pelos juristas José Carlos Sousa Silva e Sergio Murilo de Paula Barros Muniz.

Prestigiaram a solenidade desembargadores, juízes, deputados estaduais, vereadores, advogados, familiares do novo membro e a imprensa.

Perfil

José Eulálio Figueiredo de Almeida é atualmente doutorando pela Universidad Del Museo

Social Argentino (Buenos Aires - Argentina), membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, especialista em Processo Civil pela Universidade Federal de Pernambuco e em Ciências Criminais pelo Unicema.

Como escritor, possui os seguintes livros publicados: *Suspensão do Processo e da Prescrição Penal* (editora Dei Rey, 1998); *Decisões Administrativas* (Lithograf Editora, 2002); *Sentença Penal: Doutrina, Prática e Jurisprudência* (editora Del Rey, 2002); *Anatomia do Ser* (Lithograf Editora, 1999); *Milésima Face* (Lithograf Editora, 2000); *Crime da Baronesa* (Lithograf Editora, 2004); e *Processo das Formigas*



Tenho consciência de que minha permanência nesta Corte é temporária e da grande responsabilidade da função judicante que ora assumo

José Eulálio Rodrigues,
novo membro efetivo do TRE-MA

(Lithograf Editora, 2011).

Na magistratura, exerceu a função eleitoral em todas as comarcas em que foi titular, sendo juiz corregedor (janeiro 2000 a abril de 2002); juiz coordenador dos Juizados Especiais (dezembro 2007 a agosto 2008); juiz auxiliar da presidência do TJMA (agosto 2008 a abril 2009); juiz substituto do TRE-MA (biênio junho 2007 a junho 2009); juiz substituto convocado pelo TRE (junho a julho 2009); juiz eleitoral da 1ª zona (2009 a 2011); diretor do Fórum Eleitoral de São Luís-MA (biênio 2009 a 2011) e professor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão.

ENTENDIMENTO

Evitada interdição da Unidade Funac

Em audiência, MP acatou proposta apresentada pela Fundação da Criança e do Adolescente (Funac) e pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania

Audiência realizada na última segunda-feira (9), na 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, presidida pelo juiz titular José dos Santos Costa, resultou em acordo entre o Ministério Público e Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), evitando a interdição da única unidade de internação para adolescentes em conflito com a lei no Maranhão, o Centro da Juventude Alto da Esperança, em São Luís.

Em Ação Cautelar Inominada, o MP solicitava a interdição da unidade, diante de diversas irregularidades encontradas no local em vistoria do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que indeferiu o registro da unidade. Na proposta apresentada e aceita pelo MP, o estado se comprometeu em corrigir as irregularidades encontradas, com prazos específicos. Na sentença que homologou o acordo, o juiz José dos Santos Costa deixa claro que o descumprimento dos prazos e condições estabelecidas resultará, conseqüentemente, na interdição da unidade.

"O acordo, que esperamos seja cumprido, é uma esperança, pois a interdição da única unidade de internação definitiva para adolescentes no Maranhão, que já só tem 12 vagas, deixaria o cenário ainda mais insustentável", destacou o juiz José dos Santos Costa.

Atualmente, são sete unidades de execução de medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade no Maranhão: quatro em São Luís – Centro da Juventude Alto da Esperança (internação definitiva), Centro Juventude Florescer (internação feminina), Centro da Juventude Canaã (internação provisória – 45 dias) e Centro da Juventude Nova Jerusalém (semiliberdade) –, uma em São José de Ribamar – Centro da Juventude Esperan-



NEIDSON MOREIRA/OMPTD.A PRESS 05/06/2012

São sete as unidades de execução de medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade no estado

» Para saber mais

Proposta

A Funac e a Sedihc, representadas na audiência pela presidente Anaíde Serra e secretária Luíza Oliveira, apresentaram à promotora **Fernanda Helena Feijó** a seguinte proposta: 20 dias para solucionar problemas referentes à fiação elétrica exposta em alojamento e sala de escolarização; 15 dias para retirada dos excessos de fios sustentando objetos como ventilador e cortinas nos alojamentos; 45 dias para melhoria da ventilação dos alojamentos; 20 dias para acondicionamento adequado do cilindro de gás; 20 dias para sinalização das rampas e degraus; 30 dias para apresentação do Plano de Segurança Institucional externo e interno; 120 dias para apresentar laudo da Vigilância Sanitária Estadual, do Corpo de Bombeiros e Habite-se da Prefeitura.

Em contrapartida, o Ministério Público requereu que a unidade não receba adolescentes além da sua capacidade, que é de 12, bem como encaminhe ao Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente toda a documentação referente à reforma da Unidade do São Cristóvão, onde deverá funcionar nova unidade de internação.

ça (interditada e desativada) – e duas em Imperatriz – Centro da Juventude Semear (internação provisória – 45 dias) e Centro da Juventude Cidadã (semiliberdade).



O acordo, que esperamos que seja cumprido, é uma esperança, pois a interdição da única unidade de internação definitiva para adolescentes no Maranhão, que já só tem 12 vagas, deixaria o cenário ainda mais insustentável

José dos Santos Costa, juiz titular da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís

Curso capacita conciliadores para os Centros de Solução de Conflitos

O presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador José Luiz Almeida, participou na segunda-feira (9) da aula inaugural do Curso de Formação de Conciliadores da Universidade UniCeuma, no campus do Renascença.

Na abertura do curso – que conta com 25 participantes e observa as regras da Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça – José Luiz Almeida enfatizou a inovação do Judiciário no atendimento aos cidadãos que esperam solução de seus conflitos com a oferta de ambiente no qual os interesses dos envolvidos são harmonizados, com a satisfação do direito de um, observando as condições de cumprimento do outro.

“O objetivo é capacitar acadêmicos de Direito para atuarem como conciliadores nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania instalados nas unidades do Uniceuma nos bairros Renascença e Cohama, que passaram a atender à sociedade

ludovicense, tornando-se espaços para resolução de conflitos pela via da conciliação”, diz o desembargador.

Ele explica que uma vez em funcionamento, esses Centros serão integrados ao Sistema Attende do Tribunal de Justiça, permitindo o agendamento de conciliação tanto pela via presencial como pela internet (www.tjma.jus.br), ou ainda pelo Telejudiciário (0800-707-1581).

Instalados em espaços reservados à sociedade, os centros contarão com salas de atendimento, onde as demandas serão identificadas. Os interessados vão receber orientação sobre as vantagens de uma solução conciliável.

Os centros terão também duas salas para acordos, onde as partes em conflitos serão recepcionadas por um conciliador que, devidamente habilitado, vai estimular um desfecho consensual da demanda.

Para a eventualidade de não se alcançar o acordo, três escritórios-escola estarão aptos a promover ação judicial própria para assegurar o direito do interessado.

• O presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça, desembargador José Luiz Almeida, participou, segunda-feira, da aula inaugural do Curso de Formação de Conciliadores do UniCeuma.

BURITI

Lavradores ganham direito de permanecer em fazenda

Um grupo de trabalhadores rurais do povoado Capão Grande, na zona rural do município de Buriti, ganhou o direito à permanência provisória numa fazenda em que mora, até julgamento do mérito da ação reivindicatória ajuizada pela empresa Fanip Agrícola.

Decisão da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) reformou sentença de primeira instância, cassando a liminar deferida que mandava intimar os lavradores a entregar o imóvel à empresa no prazo de dez dias, sob

pena de desocupação forçada.

O órgão colegiado do TJ-MA foi unanimemente favorável ao recurso de agravo de instrumento dos camponeses. Entendeu que, ainda que a empresa tenha comprovado nos autos a propriedade do imóvel, não demonstrou a posse injusta exercida pelos trabalhadores, que alegam estar na fazenda há mais de 15 anos.

Os desembargadores Raimundo Barros (relator), Maria das Graças Duarte e Ricardo Duailibe consideraram estar pendente a

análise da natureza da posse dos agravantes – se justa ou injusta – bem como se, de fato, eles teriam adquirido a propriedade do imóvel em razão de usucapião.

Unidade camponesa – De acordo com os autos, os trabalhadores afirmam que produzem e colhem diversos tipos de alimentos na fazenda. Admitem que jamais receberam autorização para morar na localidade, mas que a empresa deseja desalojá-los da área onde alegam estar há tanto tempo e que consideram uma unidade familiar

camponesa, também constituída por mulheres, crianças e idosos.

Em sua ação na Justiça de 1º grau, a Fanip Agrícola alega ser a proprietária da fazenda e diz que a área foi invadida pelos réus em agosto de 2011.

A antecipação de tutela deferida em primeira instância informou que a empresa realizou prova do domínio por meio de certidão de escritura pública. Ainda citou fundado receio de violação ao exercício do direito de propriedade.



JUIZ JOSÉ Eulálio Figueiredo foi empossado membro do TRE-MA

Juiz José Eulálio é empossado como membro efetivo do TRE

Na tarde de ontem (10), José Jorge Figueiredo de Almeida tomou posse como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, categoria juiz de direito, para o biênio 2013-2015.

Durante sessão solene da Corte Eleitoral, Durante sessão solene da Corte Eleitoral, o magistrado prestou o compromisso regimental e recebeu a Medalha do Mérito Eleitoral "Ministro Arthur Quadros Colares Moreira".

Ao juiz Luiz de França Belchior Silva coube a tarefa de saudar o novo membro. "Nesse novo desafio, desejo toda a glória do cargo, abrilhantada com seus ensinamentos, conhecimentos e com sua sapiência jurídica, com acuidade e cautela nos julgados, pois como disse Nicolau Maquiavel: 'será preciso, contudo, ser cauteloso com aquilo que fizer, e no que acreditar; é necessário que não tenha medo da própria sombra, e que aja com equilíbrio, prudência e humanidade, de modo que o excesso de confiança não o torne incauto, e a desconfiança excessiva não o faça intolerante'".

"Tenho consciência de que

minha permanência nesta Corte é temporária e da grande responsabilidade da função judicante que ora assumo. Pretendo cumprir com esmero os deveres do meu cargo, honrando a indicação feita pelos eminentes desembargadores do Tribunal de Justiça, aos quais agradeço a confiança em mim depositada. Assumo a função de membro efetivo do TRE com o firme propósito e ideais dos demais integrantes. De tudo farei para contribuir de forma incansável com os julgamentos", observou o empossado em seu discurso.

Com esta posse, a Corte do TRE-MA passa a ser composta pelos desembargadores José Bernardo Silva Rodrigues (presidente) e José Ribamar Froz Sobrinho (vice-presidente e corregedor), pelos juízes Luiz de França Belchior Silva e José Eulálio Figueiredo de Almeida e pelos juristas José Carlos Sousa Silva e Sergio Murilo de Paula Barros Muniz.

Prestigiaram a solenidade desembargadores, juízes, deputados estaduais, vereadores, advogados, familiares do novo membro e a imprensa.

Conselho do Pleno aprova moção de desagravo a advogado

O Pleno do Conselho Federal da OAB, reunido na segunda-feira (9), acolheu pedido do presidente da seccional da OAB-MA, Mário Macieira, de moção de desagravo ao advogado Geomilson Alves Lima, vítima de violência física e verbal nas dependências do Fórum Astolfo Serra (Justiça do Trabalho de São Luís-MA), na sexta-feira (6) de setembro.

Segundo o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, a entidade não tolerará qualquer tipo de agressão ou intimidação ao pleno exercício profissional da advocacia e das liberdades democráticas, bem como quaisquer atos que atentem contra as prerrogativas da advocacia. Para Mário Macieira, "é preciso que qualquer tentativa de retrocesso à época da barbárie seja repudiada de maneira célere e contundente".

O dirigente destacou que a entidade tomará medidas judiciais contra o agressor. O conselheiro federal da OAB-MA, Raimundo Ferreira Marques, classificou o ato cometido contra o colega advogado como abominável. "Não se pode confundir o papel do advogado, que está no exercício profissional representando a parte. E, ainda que se confunda, não é aceitável que a violência seja uma reação aceitável em qualquer situação, ainda mais nas serventias do judiciário".

Atuação

Os defensores públicos Ana Flávia Vidigal Sampaio, José Augusto Gabina de Oliveira e Ivanilde Mesquita Coelho irão compor o Núcleo da Defensoria Pública na Justiça de 2º Grau, atuando exclusivamente no acompanhamento e ajuizamento de processos em grau de recurso junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão. Os defensores estiveram reunidos com o juiz auxiliar da Presidência do TJ-MA, José Nilo Ribeiro, e a diretora judiciária, Denyse Batista, para conhecerem a estrutura e os setores administrativos da Corte. Os interessados podem procurar o atendimento na Defensoria Pública do Estado, localizada no Reviver, Centro Histórico de São Luís.

Juizado Especial de Timon realiza prova para assessor no dia 28

O juiz Rogério Monteles da Costa, titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Timon, comunica que realizará as provas para a seleção para cargos de assessor de juiz e conciliador voluntário no próximo dia 28 de setembro, às 15h, na Faculdade Maranhense São José dos Cocais.

De acordo com o edital, a prova escrita será de caráter eliminatório e não permitirá qualquer forma de consulta. Também não será permitido que o candidato identifique sua folha de respostas (gabarito).

A prova terá duração de quatro horas e será realizada às 15h, na Faculdade Maranhense São José dos Cocais, localizada na Rua 01, nº 290, Conjunto Boa Vista, em Timon. O candidato deverá comparecer ao local das provas, pelo menos 30 minutos antes do horário marcado, portando o documento original caneta esferográfica nas cores preta ou azul. A prova terá 80 questões de múltipla escolha (valendo quatro pontos) e uma questão dissertativa (valendo seis pontos).

Somente será permitida a entrada no local da prova os candidatos convocados no edital. O candidato cujo nome não conste na relação de candidatos convocados,

e que tenha apresentado recurso contra o indeferimento da inscrição, fica cientificado que seu recurso foi indeferido e as razões do indeferimento podem ser obtidas pessoalmente junto ao Juizado.

Conciliador voluntário – Sobre o processo seletivo simplificado para conciliador voluntário, a prova, que ocorre no mesmo dia, local, horário e tempo de duração, será de caráter eliminatório, não permitirá qualquer forma de consulta, nem permitirá que o candidato identifique sua folha de respostas/gabarito.

Também para esta prova o candidato deverá comparecer ao local das provas, pelo menos 30 minutos antes do horário marcado para o seu início, portando o documento original, caneta esferográfica nas cores preta ou azul. A prova escrita também será composta por 80 questões de múltipla escolha e uma questão dissertativa.

Caso o candidato ao cargo de conciliador voluntário esteja inscrito também no Processo Seletivo para Assessor de Juiz, sua avaliação, na prova escrita, será a constante da prova de Assessor de Juiz, com a devida ponderação dos pontos, salvo opção do interessado em concorrer apenas ao cargo de conciliador voluntário.